

# Presidente só negocia após receber propostas

*Econ. Brasil 16*

Arquivo

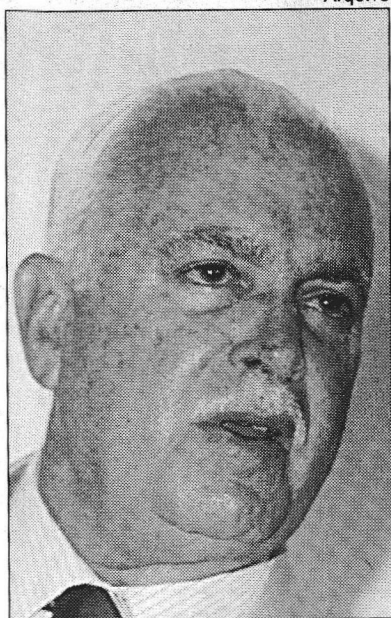
JORNAL DE BRASÍLIA  
17 OUT 1998

O presidente Fernando Henrique Cardoso só vai começar a costurar o apoio político ao ajuste fiscal quando receber a proposta concreta do Ministério da Fazenda. As conversas ocorridas até o momento, segundo um assessor do Presidente, foram exploratórias e ficaram no campo genérico. Na próxima quarta-feira, prazo que o Presidente deu ao Ministério da Fazenda para apresentar a proposta de ajuste, é que serão feitos os entendimentos de fato com os líderes aliados no Congresso e os governadores.

As conversas ocorridas até agora serviram para estabelecer os limites do que o Congresso está disposto a aprovar. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), tratou de deixar claro que o Congresso é contra o aumento de impostos e que só num caso extremo apoiaria propostas com este objetivo. "Ninguém gosta de aumentar impostos, muito menos o Congresso, mas se for indispensável", afirmou Antonio Carlos Magalhães.

O senador chegou a dizer que poderia apoiar a criação do Imposto sobre Grandes Fortunas se isso for necessário para obter o apoio da oposição para o ajuste. Na quinta-feira, após conversar com o Presidente, o senador garantiu que não haverá aumento de imposto de renda - uma das propostas em discussão previa o aumento da alíquota de 27,5% para 30% daqueles que tem rendimento mensal acima de R\$ 1.800,00. "Se houver, será uma quebra de compromisso", disse.

O aumento da alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), de 0,2% para 0,3%, também enfrenta resistências entre os aliados do Governo. "Temos dificuldades para apoiar o aumento da CPMF",



**ACM: sem aumento de imposto**

disse o líder do PMDB, Geddel Vieira Lima (BA), durante audiência com o presidente Fernando Henrique na tarde de quarta-feira.

Nesta mesma audiência, o presidente da Câmara, deputado Michel Temer (SP), questionou os cortes na área de investimentos e argumentou que a crise fiscal não seria solucionada se o Governo não encontrar uma forma de cortar os privilégios previdenciários dos funcionários públicos.

Os governadores e prefeitos estão apreensivos com o ajuste e esperando serem chamados pelo Governo para conversar. Ambos temem que estados e municípios paguem a conta do ajuste fiscal que o Governo envia ao Congresso depois de 25 de outubro. "Nosso desejo é de colaborar com o Governo Federal desde que isso não implique em maiores sacrifícios para os estados. Nossa grande preocupação é a de que a atual arrecadação dos estados não se mantenha", disse o governador reeleito do Rio Grande do Norte, Garibaldi Alves Filho.